

Perfil: Telma Marques Taurepang – Secretária do Movimento de Mulheres Indígenas de Roraima

Telma Marques Taurepang, da comunidade indígena Mangueira, 41 anos, casada, mãe de três filhos, desde a infância já acompanhava a luta dos familiares e, principalmente, a luta do seu povo, Taurepang e outros povos do estado de Roraima. O anseio de uma luta sempre foi pelo bem viver das comunidades indígenas.

Na vida profissional, dedicou-se a formação como professora do ensino infantil e como complemento aceitou o desafio da busca a formação superior no Curso de História. Um sonho que ainda perpetua.

Sempre atuante nas questões indígenas e buscando melhorias para o seu povo, em 2005 aceitou o desafio de atuar como Diretora do Departamento Municipal Indígena, no município de origem chamado de Amajari. Amajari na língua materna Taurepang significa **“revoada de padapá”**, um passarinho do lavrado local.

Não contenta com as conquistas e diante da motivação, incentivo das lideranças indígenas de Amajari, após três anos atuando no corpo docente da região, além de exercer a função de Tuxaua em sua comunidade indígena Mangueira, a partir da indicação das lideranças indígenas, aceitou mais um desafio para sua vida, o de concorrer ao cargo de Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas de Roraima, instancia da Coordenação Geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR). Um pleito que foi realizado durante a 40 Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, ocorrida em março de 2010, na comunidade indígena Araçá, região de Amajari. Ato histórico para as lideranças indígenas e para a mais nova Secretaria, onde assumiu para dois anos de mandato, que atualmente soma três anos, sendo reeleita na última Assembleia eletiva de 2013.

Após passar pelo crivo dos povos indígenas do estado de Roraima, assumiu a Secretaria desde o dia 15 de março, onde até hoje assumi, conscientemente de acordo com a vontade e aprovação dos povos e das mulheres indígenas que as indicou e elegeu.

Partindo para o histórico específico do movimento de mulheres indígenas, tem nos registros que surgiu no ano de 1986 na antiga missão Surumu, atualmente, Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFRSS). O movimento iniciou a partir da demanda do projeto de corte e costura destinado às comunidade indígenas e assim, iniciou o movimento com a atuação de algumas mulheres, que foram apoiadas pelas lideranças indígenas. Desde então, as mulheres indígenas começaram a atuam, participando de reuniões, encontros e assembleias.

No auge do movimento, as mulheres trocavam experiências, discutiam demandas específicas das mulheres, buscando uma participação mais direta no movimento, conquistando seu espaço. Até conquistar o espaço, a vontade e o anseio de assumir o compromisso junto ao povo, movia-se na mente e no coração das mulheres.

Até então, a participação das mulheres era bastante tímida, devido à falta de apoio, confiança, discriminação e desvalorização por parte de seus companheiros. Mesmo assim, não desistiram e continuaram a luta ao lado dos seus esposos.

O período de 29 de janeiro a 2 de fevereiro de 1996 foi um período marcante para o movimento, pois nesses dias as lideranças indígenas discutiram e esclareceram a importância do movimento indígena que também nascerá nesse período, com a realização do primeiro Encontro dos Coordenadores dos Conselhos Regionais. Já, no período de 9 a 12 de dezembro de 1996 aconteceu na comunidade indígena Bismark, o Congresso dos Catequistas Indígenas. Um evento que significativo para o movimento de mulheres, pois foi nesse momento que as mulheres indígenas tiveram o apoio masculino, presente na atividade realizada, onde o tema era **“A Mulher na Luta Indígena”**.

No dia 2 de janeiro de 1996, as mulheres indígenas apresentaram a seguinte proposta **“nós, mulheres que vivemos na base, e que acompanhamos as lutas do nosso povo e vivemos os sofrimentos e muitos problemas que atrapalha nossa caminhada, sentimos a necessidade de formamos um pequeno grupo de mulheres conscientizadas, comprometidas com nossa organização, decidimos começar este movimento com um pequeno numero de mulheres de cada região. Juntas com as lideranças levamos em frente os projetos existentes nas comunidades, especialmente o projeto de corte costura.”**

Um outro ponto importante e histórico para o movimento de mulheres, em 1998, o então Advogado do Conselho Indígena de Roraima, Paulo Pankararu, apresentou a primeira estrutura do estatuto da organização e deu início a primeira Assembleia Geral do Movimento de Mulheres Indígenas do Estado de Roraima, assumindo como primeira secretária do movimento de mulheres, Lavina Salomão, da etnia Macuxi, da comunidade indígena Maturuca, região das Serras, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

A partir daí, na estrutura organizacional do CIR, concretizou-se a Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas, tendo como atribuição a articulação com os parceiros e dar suporte às atividades realizadas nas regiões de atuação do CIR, onde atua em 223 comunidades indígenas, nove povos indígenas e dez regiões do Estado.

"o que você, como liderança, considera importante reforçar sobre a luta do seu povo e sobre você?"

Diante da conjuntura política e social em que nós povos indígenas passamos hoje, de ameaça aos nossos direitos indígenas, perseguição e pressão política por parte dos poderes que compõe o nosso Estado brasileiro, legislativo, executivo e judiciário questão essa que, infelizmente, vem causando instabilidade, insegurança aos povos indígenas de todo o Brasil, acredito que o importante, assim como em todas as lutas, é continuar com o fortalecimento, união, resistência, da mesma forma como nesses 514 anos de conquista. São instrumentos de defesa que adotamos, não só através das grandes mobilizações,

mas de ações concretas junto às comunidades indígenas. A organização social das comunidades indígenas, o ingresso de indígenas no ensino superior, formação de professores e agentes indígenas de saúde, projetos de sustentabilidade, ações de vigilância e monitoramento das terras indígenas e articulações regionais, nacionais e internacionais, então, são alternativas desenvolvidas nas comunidades e juntos com os povos, que a partir de um processo de conquista de direitos indígenas, nós fomos enfrentando e com esforço conquistamos resultados positivos, resultados das nossas lutas.

Enquanto representante das mulheres indígenas, como defensora da causa indígena, não só da causa das mulheres, mas defensora de um direito coletivo, dos povos indígenas reforço que, o papel da mulher em todo processo de luta, seja indígena ou não, o importante é garantir essa participação de gênero nas instancias sociais, porque também somos frutos de uma história de luta e resistência, principalmente, pela conquista de participação democrática e que hoje, também faz parte do protagonismo social no Brasil.